

# TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 23.258/2023

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente operação consiste na aquisição de equipamentos de ar condicionado, conforme as especificações e condições constantes deste Termo de Referência (TR) e seus anexos, nos termos da Lei nº 8.666, da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 10.024/2019, das legislações complementares, observadas as disposições a seguir estabelecidas.
- 1.2. As empresas participantes do certame comprometem-se a manter condutas compatíveis com os princípios da moralidade e da probidade administrativa, em especial face ao disposto no art. 5º, inc. IV, da Lei nº 12.846/2013, que dispõe constituir atos lesivos à Administração Pública:
  - 1.2.1. frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
  - 1.2.2. impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
  - 1.2.3. afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
  - 1.2.4. fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
  - 1.2.5. criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
  - 1.2.6. obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
  - 1.2.7. manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

### 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. O Núcleo de Manutenção e Projetos de Engenharia (NMPE) do TRT 24ª Região tem como uma das suas atribuições no âmbito da arquitetura e engenharia, o desenvolvimento e confecção dos projetos de obras, programar, coordenar e controlar a elaboração e execução de reformas e obras, além de equipar e manter em funcionamento pleno e eficiente o sistema de climatização instalados nas unidades do Regional; entre outras atividades relacionadas com os serviços de engenharia.
- 2.2. Este Núcleo possui um detalhado cadastro eletrônico em formato de planilha Excel, onde constam itens como o tombo, especificação do equipamento, tipo de equipamento, data de aquisição e localidade, de todos os condicionadores de ar em funcionamento existentes e instalados no Regional. A contratação em tela objetivará a aquisição de equipamentos para instalação imediata e para reserva técnica de pronto atendimento para substituições e novas demandas.
- 2.3. O Plano de Climatização visa garantir o conforto ambiental (unidades prediais como um todo) e as condições técnicas de operação de equipamentos eletroeletrônicos (especificamente no ambiente da sala técnica de TI).
- 2.4. Faz parte do plano utilizar recursos técnicos tais como manter equipamentos instalados como redundância técnica (capacidade de reserva instalada e descentralizada), principalmente na sala técnica de TI (CPD) e sala de audiências (ambiente crítico na produção de valor da

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

instituição), a fim de suprir eventual defeito apresentado pelo equipamento principal em operação, até que este possa ser reparado.

- 2.5. Ainda, manter uma reserva técnica de equipamentos não instalados e centralizados em Campo Grande pode garantir o rápido atendimento de demandas futuras ou equipamentos que venham a apresentar defeitos irrecuperáveis. Nesta situação, objetivando-se também a maior eficiência operacional, está sendo prevista a substituição progressiva do parque de equipamentos que apresentam potências de split tipo parede de 9.000, 12.000, 18.000, 24.000, 36.000, 48.000 e 60.000 BTUs, por apenas 2 (dois) tipos de equipamentos de potências: 12.000 e 24.000 BTUs, função quente/frio, para os equipamentos tipo Split de Parede. No caso de equipamentos tipo Split Cassete 4 (quatro) Vias, serão mantidas apenas duas potências de 24.000 e 36.000 BTUs.
- 2.6. Ao se padronizar em apenas quatro tipos de potências de menor capacidade (split Parede de 12.000 e 24.000 BTUs e split Cassete de 24.000 e 36.000 BTUs), é possível atender todos os ambientes internos das unidades prediais, bem como garantir intercambialidade entre equipamentos, o que oferece menor tempo de resposta em caso de defeitos, além de propiciar menor espaço ocupado pela reserva técnica centralizada em Campo Grande/MS.
- 2.7. Desse modo, o estoque não instalado da reserva técnica deverá ser mínimo e poderá ser repostado anualmente conforme sua utilização. Neste caso, a instalação dos equipamentos será realizada pela contratação vigente de manutenção de ar condicionado (já existente no Tribunal). A fim de não se manter equipamentos antigos em estoque, anualmente todo o estoque de reserva técnica será instalado nos locais indicados no plano de substituição (aproximadamente 1/10 do parque total que corresponde a aproximadamente 30 equipamentos, disponíveis em estoque já existente) e a reserva técnica reposta com equipamentos novos. Desse modo, o estoque é mantido sempre e os equipamentos são efetivamente utilizados.
- 2.8. Assim, pode-se garantir a eficiência e funcionalidade dos equipamentos, bem como promover o conforto ambiental para os usuários dentro das instalações, executando todos os serviços inerentes à área de climatização.
- 2.9. Ademais, a aquisição de novos de equipamentos condicionadores de ar tipo SPLIT com tecnologia Inverter (parede ou cassete), visarà à eficiência do gasto público em virtude da diminuição drástica das manutenções corretivas periódicas nos equipamentos mais antigos, maior eficiência no consumo de energia elétrica (sustentabilidade), a celeridade processual, a ampla concorrência entre as empresas licitantes e a efetividade da administração pública, por meio da manutenção da continuidade de negócio.
- 2.10. No que tange as funções quente/frio, temos verificado historicamente no período de inverno, vários dias com temperaturas muito baixas, o que leva a ambientes internos nas unidades prediais também muito frias. Desse modo, para garantir as condições de habitabilidade dos ambientes, conforme indicado no extrato abaixo da Norma Regulamentadora NR-17 (Ergonomia), subitem 17.8.4.2, convém que haja especificação destas funções de refrigeração e aquecimento.

*17.8.4.2 A organização deve adotar medidas de controle da temperatura, da velocidade do ar e da umidade com a finalidade de proporcionar conforto térmico nas situações de trabalho, observando-se o parâmetro de faixa de temperatura do ar entre 18 e 25 °C para ambientes climatizados.*

- 2.11. Em relação ao quantitativo demandado, ao se analisar o tamanho do parque de equipamentos, verifica-se que apresenta aproximadamente 300 (trezentas) unidades. Busca-se efetuar a renovação completa deste parque a cada 10 anos, o que nos leva a efetivar substituições anuais de 1/10 do quantitativo total, ou seja, aproximadamente 30 (trinta) unidades por ano.

## **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

- 2.12. Nesta contratação está sendo prevista a contratação do quantitativo de aproximadamente 3% (três por cento), para suprir em novos locais de trabalho e para reserva técnica, totalizando 11 (onze) aparelhos (sendo 10 split parede e 1 split cassete 4 vias).

### **3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

- 3.1. O objeto desta contratação é classificado como fornecimento de bens como serviço comum.
- 3.2. No ramo específico de atuação destas empresas de fornecimento de equipamentos, o objeto da contratação pode ser considerado comum, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade dos bens podem ser objetivamente definidos pelo edital e seu Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado.

### **4. DA CONTRATAÇÃO**

- 4.1. Durante a vigência da contratação será permitida a fusão, a cisão, a incorporação, a alteração da razão social, desde que sejam mantidas as condições estabelecidas na contratação original, sem prejuízo às responsabilidades contratuais e legais decorrentes da sua execução, devendo a CONTRATADA encaminhar cópia autenticada do registro da alteração no respectivo órgão, observadas as condições a seguir.
- 4.1.1. Na hipótese de alteração que possa repercutir na execução do contrato a CONTRATADA deverá apresentar, ao CONTRATANTE, cópia autenticada do referido instrumento no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do competente registro, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis previstas neste instrumento para os casos de inexecução parcial;
- 4.1.2. Na hipótese de fusão, cisão e incorporação, comprovar as mesmas qualificações exigidas para fins de habilitação, no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do registro das alterações, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades decorrentes da inexecução total.
- 4.2. Em atenção aos artigos 2º, inc. VI, e 3º da Resolução CNJ nº 7/2005, com redação dada pelas Resoluções CNJ nº 9/2005 e 229/2016, é vedada a contratação, manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato, inclusive de prestação de serviços, com empresa que tenha ou venha ter em seu quadro societário, ou ainda que tenha ou venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE, bem como daqueles servidores vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.
- 4.3. É vedada, também, a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º da Resolução CNJ nº 156/2012.

### **5. DA SUSTENTABILIDADE**

- 5.1. Em atenção à Resolução CSJT nº 310/2021, por ocasião da entrega dos produtos deve ser comprovado o atendimento das seguintes condições:

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

- 5.1.1. Utilização de equipamentos aprovados pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem do INMETRO e escolhidos entre os mais eficientes, ou seja, que possuam faixa de classificação A do Programa Brasileiro de Etiquetagem.
- 5.1.2. É vedada a aquisição de aparelhos condicionadores de ar que contenham ou façam uso de qualquer das substâncias que destroem a camada de ozônio (SDO) abrangidas pelo Protocolo de Montreal, quais sejam: Clorofluorcarbonos (CFCs); Hidroclorofluorcarbonos (HCFCs); Halons; Brometo de metila (permitida para fins agrícolas); Tetracloroeto de carbono (CTC); Metilclorofórmio; Hidrobromofluorcarbonos (HBFCs); e Hidrofluorcarbonos (HFCs). O atendimento a este requisito deve ser comprovado por meio de certificado reconhecido nacionalmente, laudos técnicos emitidos por laboratórios acreditados pelo Inmetro ou declaração do fabricante.
- 5.1.3. Os aparelhos condicionadores de ar ofertados devem respeitar o limite sonoro máximo aceitável, 65 dB, em ambientes internos, conforme disposto na Norma Regulamentadora nº 17 do Ministério de Trabalho e Emprego, e na ABNT NBR 10152:2017.
- 5.1.4. Os aparelhos devem possuir Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), aposta ao produto e/ou embalagem, da classe de maior eficiência, representada pela letra "A", sempre que haja um número suficiente de produtos e fabricantes nessa classe. Podem ser aceitos produtos das demais classes quando as condições de mercado assim o exigirem.

## 6. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 6.1. A entrega do objeto deverá ser efetuada no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos a contar do recebimento da Nota de Empenho, no Setor de Almoxarifado do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira nº 208, Jardim Veraneio (Parque dos Poderes), em Campo Grande – MS, CEP 79.031-908, telefone (67) 3316-1804, das 08h00 às 17h00 (horário local), em dias úteis da Justiça do Trabalho.
- 6.2. Devido a impossibilidade da entrada de caminhões de médio e grande porte na área interna do prédio sede deste Tribunal (estacionamento localizado em Campo Grande - MS), recomenda-se que as entregas sejam realizadas em caminhões de pequeno porte ou caminhonetes. A altura máxima permitida para acesso ao pátio do estacionamento do prédio sede deste Tribunal é de 3,5m (três metros e cinquenta centímetros).
- 6.3. **Caso o objeto ofertado seja de procedência importada, deverão ser comprovados, no momento de sua entrega, a origem do produto importado e a quitação dos tributos de importação a ele referente, sob pena de rescisão contratual e multa. O objeto somente será considerado entregue se acompanhado da comprovação de origem estabelecida neste subitem.**
- 6.4. Na eventualidade de o término de prazo de entrega ocorrer em final de semana, feriado ou dia sem expediente no CONTRATANTE, o prazo ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.
- 6.5. As entregas que porventura ocorrerem no período de recesso forense (20 de dezembro a 06 de janeiro), deverão observar o horário das 13h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, e das 08h00 às 12h00 nos dias 24 e 31 de dezembro, caso sejam dias úteis.
- 6.6. Eventual pedido de prorrogação do prazo de entrega somente poderá ser aceito nas hipóteses previstas no art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, mediante prévia solicitação escrita, apresentada no prazo de entrega do bem, devidamente acompanhada de documentos comprobatórios dos motivos alegados, podendo a solicitação ser encaminhada por e-mail, mas, **exclusivamente** ao endereço fornecido pelo Gestor/Fiscal do contrato.

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

- 6.6.1. A utilização de e-mail para apresentação do pedido de prorrogação não exime a contratada de protocolizar diretamente os originais no Tribunal, **ou de providenciar o encaminhamento dos originais (em papel) via Correios, ambos no prazo de até 5 (cinco) dias após o término do prazo de entrega dos materiais.**
- 6.7. O recebimento provisório, a cargo do Fiscal do contrato, dar-se-á na data da efetiva entrega do produto.
- 6.7.1. Caberá ao Fiscal do contrato realizar todos os testes e conferências possíveis, de acordo com a especificação do item neste Termo de Referência, sem que haja perda de garantia do equipamento recebido.
- 6.8. O recebimento definitivo, a ser realizado pela Comissão de Recebimento Definitivo de Materiais, dar-se-á somente após a verificação do enquadramento nas especificações definidas no edital, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento provisório.
- 6.9. Na hipótese de recusa parcial ou total do recebimento, a CONTRATADA deverá efetuar a substituição, sem prejuízo da observância do prazo inicial estabelecido para a entrega e da aplicação de sanções contratuais ou legais cabíveis.
- 6.10. A liquidação da nota fiscal será realizada pelo Gestor do contrato e deverá ocorrer na mesma data do recebimento definitivo.
- 6.11. O prazo estabelecido para a entrega do objeto ficará suspenso durante todo o período de análise e verificação pela Comissão de Recebimento Definitivo de Material.
- 6.12. O objeto deverá ser **novo, sem uso anterior** e, conforme o caso, entregue em embalagem do fabricante, devidamente lacrada. No momento da entrega, caso seja constatada a inobservância do disposto neste subitem, o objeto será recusado, devendo a CONTRATADA substituí-lo, sem prejuízo do prazo estabelecido para a entrega e da aplicação das sanções contratuais ou legais cabíveis.
- 6.13. O objeto deverá ser entregue na totalidade do item constante na nota de empenho, salvo nos casos de superveniência de fato excepcional ou imprevisível, alheio à vontade da CONTRATADA, solidamente justificado e demonstrada a causalidade entre o fato alegado e a impossibilidade de cumprimento do estabelecido neste, por meio de documentos comprobatórios hábeis.
- 6.14. Eventual recusa no recebimento do produto não exime a CONTRATADA de efetivar a entrega no prazo inicial estabelecido.

## 7. DOS DEVERES DO CONTRATANTE

### 7.1. Incumbe ao CONTRATANTE:

- 7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos da proposta apresentada;
- 7.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, relativos ao objeto da contratação, no prazo de 2 (dois) dias úteis;
- 7.1.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste Termo de Referência, após o ateste da respectiva nota fiscal/fatura;
- 7.1.4. Fiscalizar a execução da contratação, bem como as obrigações assumidas pela CONTRATADA, por meio de servidor denominado fiscal do contrato;
- 7.1.5. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações;

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

7.1.6. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços ou das entregas, desde que devidamente identificados.

### 8. DOS DEVERES DA CONTRATADA

#### 8.1. Incumbe à CONTRATADA:

- 8.1.1. Cumprir integralmente os termos da proposta, as obrigações, os prazos e demais condições estabelecidos neste Termo de Referência.
- 8.1.2. Credenciar, perante o CONTRATANTE, um representante para prestar os devidos esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato, indicando nome, endereço e telefone de contato.
- 8.1.3. Substituir, dentro do período contratual de entrega, sob pena de aplicação de multa por mora, qualquer produto danificado em razão de danos ocorridos durante o transporte, entrega, instalação ou outra situação que não possa ser imputada ao CONTRATANTE;
- 8.1.4. Cumprir os prazos e demais condições estabelecidos neste Termo de Referência.
- 8.1.5. Encaminhar o Recibo da Nota de Empenho no prazo de 2 (dois) dias úteis após seu recebimento, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, conforme previsto no subitem 19.1., na ausência de motivo justificável devidamente comprovado;
- 8.1.6. Manter durante todo o período de vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de aplicação das sanções contratuais e legais cabíveis;
- 8.1.7. Comunicar formalmente, por escrito e em via impressa, qualquer alteração do domicílio e endereço empresarial.
- 8.1.8. Informar por escrito quaisquer alterações de telefone (fixo ou celular) e de e-mail da empresa, sendo que facultativamente esta informação poderá ser feita por meio eletrônico (e-mail, SMS ou Whatsapp) encaminhado exclusivamente ao endereço de e-mail ou telefone indicados pelo Gestor ou Fiscal do contrato.
- 8.1.9. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo responsável pela Gestão/Fiscalização da execução do Contrato.
- 8.1.10. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus representantes/empregados, ou ainda por infrações à legislação em vigor, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 8.1.11. Comprovar as práticas de sustentabilidade estabelecidas no item 5, se for o caso.
- 8.1.12. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor);
- 8.1.13. Cumprir as disposições legais relativas ao serviço;
- 8.1.14. Responsabilizar-se integralmente por toda e qualquer despesa resultante da execução dos serviços, especialmente as relativas a salários e encargos sociais/fiscais de seus empregados, os quais não terão vínculo de qualquer espécie com o CONTRATANTE, e, ainda, as despesas de custo relativas ao transporte, material e maquinários utilizados na execução dos serviços;

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

- 8.1.15. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízo que vier causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, inclusive nos imóveis destes, em qualquer etapa da prestação dos serviços;
- 8.1.16. Cumprir as normas e regulamentos internos do CONTRATANTE.
- 8.2. Considerar-se-á válida e eficaz a correspondência enviada ao último endereço da CONTRATADA informado oficialmente e, em eventual devolução de correspondência, a fluência do prazo terá início a partir do primeiro dia útil subsequente da fracassada tentativa de entrega, pelos Correios, da correspondência.

### 9. DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA

- 9.1. É expressamente vedado à CONTRATADA:
- 9.1.1. Contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, durante a vigência deste contrato.
- 9.1.2. Realizar publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE.
- 9.1.3. Subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto deste contrato.

### 10. DA GARANTIA

- 10.1. O prazo de garantia para os equipamentos será de, no mínimo, **12 (doze) meses, ou prazo superior, quando concedido pelo fabricante do equipamento (materiais e peças)**, contados do recebimento definitivo, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, inclusive em relação às eventuais despesas de transporte.
- 10.2. A CONTRATADA responderá, durante o período de garantia dos equipamentos, por quaisquer procedimentos necessários perante o fabricante, de forma a assegurar prontamente ao CONTRATANTE a assistência técnica e/ou a substituição dos equipamentos e acessórios, caso sejam necessárias, incluindo-se as partes que apresentarem defeitos e/ou vícios de execução não oriundos do mau uso por parte do CONTRATANTE, sem que isso implique acréscimo aos preços contratados e prejuízos para o desempenho das atividades do CONTRATANTE.
- 10.3. Durante o período da garantia, caso NÃO EXISTA OU DEIXE DE EXISTIR assistência ou suporte técnico local autorizado pelo fabricante, FICARÁ A LICITANTE VENCEDORA RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS ATÉ O TÉRMINO DA GARANTIA.
- 10.4. Ocorrendo o término do prazo de garantia ofertado, e havendo pendências com relação a equipamentos defeituosos por culpa da CONTRATADA, o prazo de garantia ficará prorrogado, pelo período necessário, até o limite de 30 (trinta) dias, sem ônus para o CONTRATANTE, sujeita a CONTRATADA, em caso de inexecução, à aplicação das sanções legais cabíveis, estabelecidas no subitem 19.2.2 (das penalidades).

### 11. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 11.1. O serviço de assistência ou suporte técnico será *on site*, na cidade de Campo Grande – MS, **durante todo o período de garantia ofertado**, e deverá ser prestado de modo a remover os defeitos apresentados pelo equipamento, compreendendo, nesse caso, a substituição de peças, ajustes, reparos e correções necessárias, de acordo com as normas técnicas

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

específicas, a fim de manter os equipamentos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

- 11.2. Entende-se por *on site* os serviços prestados nas dependências do CONTRATANTE, além da remoção e a devolução do equipamento, quando se fizer necessário, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE.
- 11.3. A abertura de chamados será efetuada por correio eletrônico, ou por telefone com número de DDD igual ao da localidade do CONTRATANTE, ou por meio de prefixo "0800". Em todos os casos, o atendimento deve ser efetuado em língua portuguesa.
- 11.4. O prazo máximo para atender às chamadas, durante todo o período de garantia ofertada, não poderá ser superior a 3 (três) dias úteis, para conserto ou troca dos equipamentos, a contar da chamada técnica que será formalizada, preferencialmente, por correspondência eletrônica (e-mail).
- 11.5. Caso haja a necessidade de promover a substituição de peças, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, a partir da chamada técnica, para execução e entrega do serviço, sendo permitida somente a utilização de peças sem uso e originais do fabricante do aparelho.
- 11.6. A manutenção corretiva será realizada em dias úteis da Justiça do Trabalho, no horário compreendido entre 08h00 e 17h00 (horário local), em dias úteis da Justiça do Trabalho e, se necessário em período de recesso forense (20 de dezembro a 06 de janeiro), deverão observar o horário das 13h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, e das 08h00 às 12h00 nos dias 24 e 31 de dezembro, caso sejam dias úteis.
- 11.7. Na hipótese de interrupção dos serviços de assistência técnica no equipamento e/ou ocorrendo o término do prazo de garantia ofertado, e havendo pendências com relação a serviços não realizados por culpa da contratada, ficará prorrogado, por igual período da suspensão ou pelo período necessário para a realização dos serviços, o prazo de garantia e o serviço de assistência técnica, sem ônus para este Tribunal. Em qualquer situação, estabelece-se o prazo máximo de resolução de 6 (seis) meses, a contar da data inicial da interrupção. Caso superado este prazo máximo, será considerado inexecução parcial do contrato com a aplicação da penalidade prevista no item 19.2.

## 12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1. As despesas inerentes à presente contratação correrão à conta do orçamento do CONTRATANTE, no PTRES 168295 (Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho), na Natureza de Despesa nº 4.4.90.52.

## 13. DO PREÇO MÁXIMO

- 13.1. O valor máximo a ser pago por este Tribunal para o presente objeto é de R\$ 61.918,69, observando-se o preço unitário e total pormenorizado na tabela constante do ANEXO II, sendo que o preço unitário e preço total do objeto são expressos em Reais (R\$). No preço deverão estar incluídos eventuais descontos concedidos, além de todos os impostos, taxas, e quaisquer outras inerentes a contratação.
- 13.2. Será declarado vencedor o proponente que, atendendo a todas as condições deste Tribunal, apresentar a proposta de acordo com as especificações e ofertar o menor preço por item.



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

### 14. DO PAGAMENTO

- 14.1. O pagamento será efetuado por meio do documento OB - Ordem Bancária, do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, enviado ao Banco do Brasil, instituição bancária responsável pela operacionalização do pagamento de valores dos órgãos federais, para crédito na conta indicada pela contratada, a qual deverá, obrigatoriamente, ser de sua titularidade no **prazo de 5 (cinco) dias úteis** após a liquidação da nota fiscal referente à totalidade do item efetivamente entregue e recebida pela Comissão de Recebimento Definitivo de Materiais.
- 14.2. O Gestor deverá providenciar a liquidação na nota fiscal/fatura e encaminhar em tempo hábil para que o pagamento seja efetuado no prazo estabelecido no item anterior.
- 14.3. Havendo erro no documento fiscal ou outra circunstância que desaprove a liquidação das despesas, o prazo passará a fluir somente depois de sanada a irregularidade, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus para o CONTRATANTE, inclusive moratório.
- 14.4. Quando cabível, sobre o valor faturado será retido na fonte o correspondente ao imposto sobre a renda, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e à Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP), conforme disposição legal. Os impostos a serem retidos deverão ser especificados no corpo da nota fiscal, de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
- 14.5. Caso a CONTRATADA seja optante pelo SIMPLES (Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), para não sofrer a retenção na fonte dos valores acima citados, deverá apresentar, para fins de comprovação da condição de optante, a declaração de opção pelo SIMPLES, conforme disposição legal.

### 15. DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

- 15.1. No caso de eventual atraso de pagamento, ocasionado por negligência por parte do CONTRATANTE, devidamente comprovada, e desde que tal fato não seja decorrente de força maior, o valor devido será acrescido de atualização financeira, apurada a partir do término do prazo estabelecido para pagamento até a data de efetiva quitação, calculado conforme taxa SELIC, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$365$$

$$AF = I \times N \times VP$$

**Onde:**

- I = Índice de atualização financeira;  
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;  
AF = Atualização Financeira;

## **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

15.2. A mesma fórmula será aplicada no caso de ressarcimento de valor recebido a mais pela CONTRATADA.

### **16. DO REAJUSTE DOS PREÇOS**

16.1. A pedido da CONTRATADA poderá haver reajustamento anual dos preços, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou, na extinção deste, por outro índice legal que venha a substituí-lo, acumulado no interregno mínimo de 12 (doze) meses contados da apresentação da proposta.

16.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro reajuste efetuado, o interregno de 12 (doze) meses será contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.

16.3. O percentual máximo será o IPCA/IBGE acumulado nos últimos 12 (doze) meses contados a partir da data da apresentação da proposta ou orçamento e, nos reajustes subsequentes ao primeiro, será apurado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste formalizado.

16.4. Para que o reajuste possa ser efetuado a contar da data base inicialmente estabelecida (item 16.1), a CONTRATADA deverá solicitar o reajuste até o final do mês subsequente ao do mês de aquisição do direito consoante o item 16.2, sendo que se ultrapassado esse prazo a apuração do percentual acumulado será feita com base nos últimos 12 (doze) meses anteriores ao mês da solicitação e os efeitos financeiros do reajuste (pagamentos) serão a partir do mês em que apresentada à solicitação.

16.5. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem requerê-lo, ocorrerá à preclusão desse direito em relação ao período anterior à prorrogação, assim como também ocorrerá a preclusão se o pedido de reajuste for formulado depois de extinto o contrato.

### **17. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

17.1. Poderá ser admitida a alteração do preço contratado, para fins de restabelecimento da relação pactuada inicialmente entre as partes, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/1993.

17.2. As eventuais solicitações deverão se fazer acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato, mediante a comprovação dos preços praticados no mercado, devendo ser observada a vantagem financeira ofertada por ocasião da licitação.

17.3. A demonstração analítica será apresentada em conformidade com a Planilha de Custos e Formação de Preços utilizada para a contratação.

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

### 18. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 18.1. Em cumprimento ao disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666/1993, o CONTRATANTE designará, por meio de Portaria, servidor(es) para a gestão e a fiscalização da contratação, bem como, se necessário, servidor(es) para auxílio na fiscalização.
- 18.2. Tanto o Gestor quanto o Fiscal atuarão em conjunto no acompanhamento e fiscalização da contratação, incumbindo especificamente ao Fiscal o acompanhamento do cumprimento das obrigações pela CONTRATADA e ao Gestor a liquidação das notas fiscais/faturas.
- 18.3. A existência de fiscalização por parte do CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades no cumprimento das obrigações assumidas, nem perante terceiros, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica a co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes ou prepostos.
- 18.4. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos materiais e/ou pela execução de todos os serviços, o CONTRATANTE reserva-se no direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, por intermédio do Fiscal do contrato.
- 18.5. O Fiscal do contrato pode sustar qualquer entrega de material e/ou execução do trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária, devendo comunicar o fato de imediato ao Gestor.
- 18.6. À fiscalização caberá, ainda, verificar periodicamente o cumprimento pela CONTRATADA das normas de segurança e medicina do trabalho.
- 18.7. A ação ou a omissão, total ou parcial, por parte da fiscalização do CONTRATANTE, não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade decorrente de má execução da contratação, inclusive por defeito ou inadequação do produto ou serviço fornecido.

### 19. DAS PENALIDADES

- 19.1. A empresa vencedora deverá encaminhar o recibo da nota de empenho, devidamente assinado e preenchido, **no prazo de 2 (dois) dias úteis após ser transmitida pelo TRT**. Em caso de descumprimento, reserva-se à Administração o direito de optar pela adjudicação às demais proponentes, obedecendo-se à ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nos subitens 19.2.3 e 19.2.4.
- 19.2. A inexecução, total ou parcial, da contratação poderá acarretar, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções, além do ressarcimento de eventual prejuízo causado ao CONTRATANTE:
  - 19.2.1. Advertência, nos casos em que não caiba aplicação de penalidades pecuniárias;
  - 19.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto da inadimplência da contratação, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
  - 19.2.3. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da correspondente contratação, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
  - 19.2.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos dos artigos 7º da Lei nº 10.520/2002 e 49 do Decreto nº 10.024/2019.
- 19.3. Pelo atraso na entrega do objeto, observado o item 6 (DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO), quando for o caso, a CONTRATADA estará sujeita à multa equivalente a

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

0,5% (meio por cento) do valor do item objeto da inadimplência, por dia que ultrapassar o respectivo prazo, contado do recebimento da Nota de Empenho, limitado a 10% (dez) por cento do referido valor, o que não impedirá, a critério do CONTRATANTE, a aplicação das demais sanções legais cabíveis.

19.4. A CONTRATADA também estará sujeita à multa equivalente a 0,5% (meio por cento) do valor do objeto da inadimplência, por dia que ultrapassar os respectivos prazos abaixo mencionados, limitado a 10% (dez por cento) do correspondente valor, o que não impedirá, a critério do CONTRATANTE, a aplicação das demais sanções legais cabíveis:

19.4.1. Prazo máximo para sanar defeito apresentado no equipamento, durante todo o período de garantia ofertada, previsto no subitem 11.5;

19.4.2. Prazo máximo para a substituição de peças, previsto no subitem 11.6;

19.5. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias consecutivos, além do prazo máximo previsto no subitem 6.1., autoriza o CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas, conforme dispõe os incisos I e II do Art. 78 da Lei 8.666/1993.

19.6. As multas por inexecução parcial ou total da contratação poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções, bem como com a multa pelo atraso na entrega do objeto.

19.7. Ocorrendo atraso na entrega do objeto ou no caso de inexecução parcial ou total, o valor da multa correspondente será retido preventivamente do pagamento e concedido prazos para defesa prévia e recurso, observando-se as disposições contidas nos artigos 87, § 2º e 109, inciso I, alínea “f”, da Lei nº 8.666/1993.

19.8. Decorridos os prazos de defesa prévia e de recurso e mantida a aplicação da multa, o valor correspondente será imediatamente recolhido à conta do Tesouro Nacional. Em não havendo retenção de pagamento, será emitida a GRU (Guia de Recolhimento da União) para o recolhimento, por parte da empresa, à conta do Tesouro Nacional. Caso haja acolhimento ou provimento parcial, o valor retido será devolvido à empresa.

19.9. Em caso de não pagamento do valor da multa aplicada, conforme estabelecido no subitem anterior, o valor será inscrito em Dívida Ativa da União.

19.10. A atuação irregular da CONTRATADA, no cumprimento das obrigações assumidas, acarretará a anotação das penalidades aplicadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e, no caso de impedimento de licitar e de contratar, o registro também na página eletrônica do CONTRATANTE (opção “Transparência”) e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, conforme o art. 43, do Decreto nº 8.420/2015.

19.11. A proponente é responsável pela fidelidade e pela legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da contratação.

19.12. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a rescisão contratual sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

## 20. DAS DEFESAS E DOS RECURSOS

20.1. As defesas e recursos contra punições impostas à contratada serão regidos pelos artigos 79, 87, 109 e 110 da Lei nº 8.666/1993, e poderão ser enviados por e-mail, **exclusivamente** ao endereço mencionado no ofício de notificação, sem prejuízo do encaminhamento dos originais no prazo estabelecido.

## **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

- 20.2. A utilização de e-mail para apresentação de defesa prévia e recurso administrativo não exime a contratada de protocolizar diretamente os originais no Tribunal, ou de providenciar o encaminhamento dos originais (em papel) via Correios, ambos no prazo de até 5 (cinco) dias após o término do prazo legal para apresentação de defesa prévia ou recurso administrativo.
- 20.3. O não envio dos originais no prazo estipulado, ou o envio de originais distintos daqueles apresentados por e-mail, acarreta o não conhecimento da manifestação administrativa apresentada por correio eletrônico.

### **21. DOS AUMENTOS E DAS REDUÇÕES**

- 21.1. Fica assegurada à autoridade competente do CONTRATANTE aumentar ou reduzir a quantidade prefixada, observados os limites estabelecidos no artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

### **22. DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 22.1. A participação nesta Compra Pública implica no conhecimento integral dos termos e condições nela inseridos, por parte dos proponentes, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.
- 22.2. As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente e não expressas neste Termo de Referência.
- 22.3. As partes envolvidas se comprometem a observar as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados em razão desta avença, em especial quanto à finalidade, boa-fé e interesse público na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe a presente contratação.

Campo Grande-MS, 5 de dezembro de 2023.

**AMON MICAEL FERNANDES FLORES**  
Chefe do Núcleo de Manutenção e Projetos de Engenharia

Aprovado por:

**GERSON MARTINS DE OLIVEIRA**  
Secretário-Administrativo

**LISTAGEM DE ANEXOS**

**ANEXO I – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS CONDICIONADORES DE AR**

**ANEXO II – DOS PREÇOS MÁXIMOS**

## **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

### **ANEXO I – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS CONDICIONADORES DE AR**

#### **A) CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT HI-WALL, CAPACIDADE DE 12.000 BTU's, SISTEMA INVERTER, CICLO QUENTE/FRIO**

1. Condicionador de ar tipo SPLIT HI-WALL;
2. Tecnologia inverter (variação da frequência);
3. Potência de refrigeração mínima: 12.000 BTU's;
4. Ciclo Quente / Frio;
5. Diferença mínima de nível suportada entre evaporadora e condensadora: 7 metros;
6. Distância mínima suportada entre evaporadora e condensadora: 15 metros;
7. Circulação de ar mínima: 10 m³/min;
8. Baixo nível de ruído;
9. 220V / 60Hz / monofásico;
10. Tipo de refrigerante R410A;
11. Classificação energética INMETRO: "A";
12. Modo turbo para resfriamento rápido do ambiente;
13. Função timer;
14. Função dormir (sleep);
15. Função desumidificador;
16. Tecnologia de purificação de ar, filtro antibacteriano;
17. Filtro de alta densidade, filtrando 100% do ar; retraindo acima de 90% de partículas sólidas, com tratamento antibacteriano;
18. Controle da direção do ar para cima e para baixo: função swing;
19. Controle da direção do ar esquerda-direita;
20. Controle da velocidade da ventilação;
21. Controle remoto;
22. Sistema de proteção anti-corrosão;
23. Garantia mínima de 1 ano (ou superior, quando ofertado pelo fabricante);
24. Cor branca ou espelhado;
25. Modelos de referência:
  - Ar Condicionado Split Hw Inverter Airvolution Springer Midea 12.000 Btus Quente/Frio 220V Monofásico (42AFVQG12S5);
  - Ar Condicionado Split Digital Inverter Ultra Samsung 12000 Btus Quente/Frio 220V Monofásico (AR12BSHZCWKAZ);
  - Ar Condicionado Split Hw G-top Inverter Gree 12.000 Quente/Frio 220V Monofásico (GWH12AGC-D3DNA4J/I).

**B) CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT HI-WALL, CAPACIDADE ENTRE 22.000 E 24.000 BTU's, SISTEMA INVERTER, CICLO QUENTE/FRIO**

1. Condicionador de ar tipo SPLIT HI-WALL;
2. Tecnologia inverter (variação da frequência);
3. Potência de refrigeração mínima: entre 22.000 e 24.000 BTU's;
4. Ciclo Quente / Frio;
5. Diferença mínima de nível suportada entre evaporadora e condensadora: 10 metros;
6. Distância mínima suportada entre evaporadora e condensadora: 20 metros;
7. Taxa mínima de fluxo de ar interno: 18 m³/min;
8. Baixo nível de ruído;
9. 220V / 60Hz / monofásico;
10. Tipo de refrigerante R410A;
11. Classificação energética INMETRO: "A";
12. Modo turbo para resfriamento rápido do ambiente;
13. Função timer;
14. Função dormir (sleep);
15. Função desumidificador;
16. Tecnologia de purificação de ar, filtro antibacteriano;
17. Filtro de alta densidade, filtrando 100% do ar; retraindo acima de 90% de partículas sólidas, com tratamento antibacteriano;
18. Controle da direção do ar para cima e para baixo: função swing;
19. Controle da direção do ar esquerda-direita;
20. Controle da velocidade da ventilação;
21. Controle remoto;
22. Sistema de proteção anti-corrosão;
23. Garantia mínima de 1 ano (ou superior, quando ofertado pelo fabricante);
24. Cor branca ou espelhado;
25. Modelo de referência:
  - Ar Condicionado Split Hw G-top Inverter Connection Gree 22000 Btus Quente/frio 220V Monofásico (GWH24AGE-D3DNA4B);
  - Ar Condicionado Split Hw Inverter LG Dual Voice Uv Nano 24.000 Quente/frio 220V (S4NW24K23XD.EB2GAMZ);
  - Ar Condicionado Split Hw Inverter Airvolution Springer Midea 22000 Btus Quente/Frio 220V Monofásico (42AFVQG22S5).



## **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

### **C) CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT CASSETTE 4 VIAS, CAPACIDADE ENTRE 32.000 E 36.000 BTU's, SISTEMA INVERTER, CICLO QUENTE/FRIO**

1. Condicionador de ar tipo SPLIT CASSETTE 4 VIAS;
2. Tecnologia inverter (variação da frequência);
3. Potência de refrigeração mínima: entre 32.000 e 36.000 BTU's;
4. Ciclo Quente / Frio;
5. Diferença mínima de nível suportada entre evaporadora e condensadora: 10 metros;
6. Distância mínima suportada entre evaporadora e condensadora: 20 metros;
7. Taxa mínima de fluxo de ar interno: 15 m³/min;
8. Baixo nível de ruído;
9. 220V / 60Hz / monofásico;
10. Tipo de refrigerante R410A;
11. Classificação energética INMETRO: "A";
12. Modo turbo para resfriamento rápido do ambiente;
13. Função timer;
14. Função dormir (sleep);
15. Função desumidificador;
16. Tecnologia de purificação de ar, filtro antibacteriano;
17. Controle da direção do ar para cima e para baixo: função swing;
18. Controle da direção do ar esquerda-direita;
19. Controle da velocidade da ventilação;
20. Controle remoto;
21. Sistema de proteção anti-corrosão;
22. Sistema de drenagem por bombeamento;
23. Evaporadora com 4 vias;
24. Garantia mínima de 1 ano (ou superior, quando ofertado pelo fabricante);
25. Cor branca ou espelhado;
26. Modelo de referência:
  - Ar Condicionado Split Cassete Inverter LG 36.000 BTUs Quente e Frio 220V (AT-W36GNLP1);
  - Ar condicionado Cassete inverter Gree, Quente/Frio, 36.000 BTU'S (GKH36D3FI);
  - Ar Condicionado Split Cassete Inverter Daikin Sky Air 35.000 Btus Quente/frio 220V Monofásico (FCQ36AVL).

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**ANEXO II – DOS PREÇOS MÁXIMOS**

RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_\_

CNPJ/CPF: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_ CONTATO: \_\_\_\_\_

E-MAIL: \_\_\_\_\_

Item	Qtde.	Unid.	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO	PREÇO MÁXIMO TOTAL
1	04	UNID.	Fornecimento de condicionador de ar, tipo SPLIT, capacidade de refrigeração de <b>12.000 BTU's</b> , incluindo condensador e evaporador tipo Hi-wall, <b>sistema inverter, ciclo quente/frio</b> , conforme especificações constantes deste Termo de Referência (ANEXO I).	<b>2.883,92</b>	<b>11.535,68</b>
2	06	UNID.	Fornecimento de condicionador de ar, tipo SPLIT, capacidade de refrigeração entre <b>22.000 e 24.000 BTU's</b> , incluindo condensador e evaporador tipo Hi-wall, <b>sistema inverter, ciclo quente/frio</b> , conforme especificações constantes deste Termo de Referência (ANEXO I).	<b>5.567,50</b>	<b>33.405,00</b>
3	01	UNID.	Fornecimento de condicionador de ar, tipo SPLIT, capacidade de refrigeração entre <b>32.000 e 36.000 BTU's</b> , incluindo condensador e evaporador tipo Cassete 4 Vias, <b>sistema inverter, ciclo quente/frio</b> , conforme especificações constantes deste Termo de Referência (ANEXO I).	<b>16.978,01</b>	<b>16.978,01</b>

Obs.: Trata-se de fornecimento de equipamentos (sem instalação) com entrega no edifício sede do TRT em Campo Grande/MS.

**Declaro** que recebi cópia e tomei ciência das condições gerais deste Termo de Referência, com as quais nossa empresa se submete integralmente, uma vez que estão de acordo com a Lei nº 8.666/93.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Declaro**, ainda, para os fins do disposto no Capítulo V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e sob as penas da lei, que a sociedade ou o empresário subscritor é:

(    ) Microempresa      (    ) Empresa de Pequeno Porte      (    ) Empresa sob outro regime

**Validade da Proposta: 60 dias**

**Data:** \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

Carimbo da empresa (se houver)

---

Assinatura e Identificação  
**Representante Legal da empresa  
proponente**